

| |
|---|
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013 |
|---|

EM MILHARES DE REAIS

1) Histórico e Contexto Operacional

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2014 e 31/12/2013 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios.

Está sendo apresentada a consolidação das demonstrações financeiras da Tecnosolo Engenharia S.A. e da Subsidiária Integral (nota 24), Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., a qual teve a suas atividades iniciadas em setembro de 2013.

3) Principais Práticas Contábeis

3.1. Aplicação da Lei 11.638/07

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no que se refere ao ajuste de perda por impairment e ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, e por este motivo não registradas.

3.2. Adoção inicial dos IFRs (CPCs)

Em todos os períodos anteriores, incluindo os atuais, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC.

3.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações são as seguintes:

3.3.1. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração

- **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

- **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

3.3.2. Ativos circulantes e não circulantes

- **Disponibilidades e aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos.

- **Contas a Receber**

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), ajustado ao valor presente até 31/12/2012, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Em 2014 não foram apropriados ajuste a valor presente.

As Outras Contas a Receber representam Cauções e Medições a Faturar. As Cauções e Retenções tratam-se de valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e

recuperados pelos clientes no término do contrato. Já as Medições a Faturar representam os serviços efetivamente realizados, cujas medições das obras estão em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos destes contratos também foram reconhecidos.

- **Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

- **Investimentos e Equivalência Patrimonial.**

O Investimento em empresa Subsidiária Integral (SI) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e refere-se a controlada TECNOSOLO SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. (Nota 24), onde 100% dos resultados desta no montante de R\$ 2.127 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi refletido na empresa controladora TECNOSOLO. A SI apresenta Capital Social de R\$ 90.601 mil, equivalentes a 90.601.220 ações ordinárias nominativas e Patrimônio Líquido de R\$ 93.083 mil em 31/12/2014.

- **Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 12 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

3.3.3. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.3.4. Provisões

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia, com base nas premissas que são informadas, desta forma são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas.

3.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo, ou no

preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. Muito pelo contrário, os ativos reavaliados estão gerando lucros e continuarão gerando lucros futuros, haja vista a divulgação pela companhia em 15/04/2014, do fato relevante pela conquista de uma carteira importante de serviços, corroborando o potencial da empresa e o valor justo atribuído ao acervo técnico, como ativo gerador de resultados e importante fator na recuperação gradativa da empresa.

3.3.6. Ajuste a valor presente

Os ativos circulantes nos quais possam ter perdas relevantes são ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1% a.m. A administração da Companhia entendeu como não significativo e não calculou nem provisionou o efeito de ajuste a valor presente dos ativos circulantes em 2014.

3.3.7. Transações entre Partes Relacionadas

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia, a não ser o saldo residual de mútuo com empresa subsidiária integral, conforme registrado nas notas 10.1 e 19.

4) Disponibilidades

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 26 | 2 |
| Bancos c/ Movimento | (47) | (47) |
| Aplicações Financeiras | 869 | 24 |
| Fundo Fixo | 377 | 221 |
| | 1.225 | 200 |

5) Contas a Receber e Cauções e Retenções

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes | 8.768 | 9.955 |
| Ajuste a Valor Presente | - | (1.399) |
| Cauções e Retenções | 317 | 317 |
| Medições a Faturar | 850 | 2.409 |
| | 9.935 | 11.282 |

6) Devedores por Decisão Judicial

Os valores registrados em Itens Extraordinários referem-se ao Processo 14095474525-7, transitado em julgado favorável a TECNOSOLO S/A, em junho/04 na 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, tendo como ré a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA. Com base em parecer da assessoria jurídica, decidiu a administração refazer espontaneamente as demonstrações financeiras com base em 31.12.2005, dos itens relacionados ao referido ativo judicial, visando adicionar maiores esclarecimentos quanto aos registros contábeis, bem como aperfeiçoamento dos critérios de valorização do referido ativo, destacando também os respectivos reflexos nas demonstrações financeiras com base em 31.12.2014. Considerando o referido Parecer Jurídico adotamos já a partir do exercício de 2005 a contabilização do valor integral da ação, devidamente atualizado pelo INPC, mais juros de 0,5% a.m. (índice determinado pela justiça). O referido processo encontra-se em Ação de Execução favorável a TECNOSOLO, determinando a conversão em Precatório. Informamos a seguir o registro do referido ativo judicial:

| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Itens Extraordinários | | |
| Devedores por decisão judicial | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Devedores por decisão judicial – Completo | 33.045 | 31.113 |
| Honorários Advogados | 18.935 | 17.081 |
| Atualização e Juros | 61.628 | 54.293 |
| Prov. Honorários Advogados a Realizar | (18.935) | (17.081) |
| Saldo do Período | 94.673 | 85.406 |

7) Estoques

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Imóveis destinados à Venda | 3.737 | 437 |

8) Impostos a Compensar

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--------------|--------------|
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 728 | 447 |
| Contribuição Social Retida s/ Faturas | 123 | 85 |
| INSS Retido s/ Faturas | 637 | 260 |
| Saldo Negativo de IRPJ | 3.096 | 3.005 |
| PIS Abono | 28 | 17 |
| Saldo Negativo de CSLL | 725 | 725 |
| INSS a Compensar | 377 | 390 |
| ISS a Compensar | 561 | 458 |
| FGTS a Compensar | 2 | 2 |
| PIS Retido | 28 | 2 |
| COFINS Retido | 124 | 10 |
| | 6.429 | 5.413 |

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento e saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com impostos a pagar.

9) Despesas Antecipadas

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------|------------|------------|
| Seguros a Apropriar | 28 | 50 |

Representam pagamentos antecipados, cujas prestações do serviço ocorrerão em momento posterior.

10) Outros Ativos Circulantes

10.1. Adiantamentos

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamento a Funcionários | 106 | 106 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 2.703 | 880 |
| Adiantamentos a Diretoria | 131 | - |
| Mútuo Coligada | - | 146 |
| | 2.940 | 1.132 |

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais, bens e serviços à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

10.2. Outros Créditos - Suprimentos para Serviços

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Suprimentos para Serviços | 3.614 | 3.588 |

Os Suprimentos para Serviços correspondem os valores concedidos a serem utilizados nas obras, os quais são posteriormente comprovados os gastos e reconhecidos nas devidas despesas.

11) Depósitos Judiciais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Reclamações Trabalhistas | 2.711 | 2.711 |
| Títulos Diversos | 505 | 505 |
| | 3.216 | 3.216 |

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento, pendentes de decisão.

12) Imobilizado

Demonstrados pelo valor de custo de aquisição deduzidos da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais levando em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:

| | TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO | VALOR LÍQUIDO 31/12/2014 | VALOR LÍQUIDO 31/12/2013 |
|--|--|---|---|
| Móveis e Utensílios | 10% | 342 | 377 |
| Terrenos | - | 680 | 680 |
| Instalações | 10% | 55 | 73 |
| Programas e Softwares | 20% | - | 382 |
| Leasing e Consórcio - Imobilizado Arrendado | - | 912 | 907 |
| | - | 1.989 | 2.419 |

13) Intangível

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------|------------|------------|
| Marcas e Patentes | 35 | 35 |
| Software | 449 | 106 |
| Cessão de Direitos | - | 3.300 |
| | 484 | 3.441 |

14) Obrigações Sociais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------|------------|------------|
| INSS a Pagar | 4.052 | 3.688 |
| FGTS a Pagar | 1.890 | 2.069 |
| Sindicato de Classe | 377 | 359 |
| | 6.319 | 6.116 |

15) Obrigações Trabalhistas

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Salários a Pagar | 2.846 | 2.940 |
| Rescisões a Pagar | 22 | - |
| 13º Salário a Pagar | 176 | - |
| Férias a Pagar | 317 | - |
| Quitação a Pagar | 4.780 | 4.780 |
| Honorários do Conselho Fiscal | 51 | 16 |
| Diárias e Ajudas de Custo | 50 | 50 |
| Pensão Alimentícia | 3 | 4 |
| Empréstimos Consignados | 16 | 16 |
| Vale Alimentação | 3 | 3 |
| Vale Transporte | 3 | 3 |
| | 8.267 | 7.812 |

16) Fornecedores

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------|------------|------------|
| Fornecedores | 45.878 | 46.532 |

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

17) Obrigações Fiscais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|---------------|---------------|
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 3.156 | 2.544 |
| PIS a Pagar | 807 | 723 |
| COFINS a Pagar | 3.815 | 3.399 |
| Tributos Lei 10.833/03 | 1.101 | 947 |
| ISS a Pagar | 5.677 | 5.557 |
| Parcelamento de FGTS | 2.427 | 2.427 |
| Parcelamento de INSS | 11.322 | 11.320 |
| Parcelamento de IRPJ e CSLL | - | 164 |
| Parcelamento de PIS e COFINS | 4.686 | 4.686 |
| Refis | 16.443 | 16.443 |
| Juros a Apropriar – Parcelamentos Federais | (873) | (873) |
| Parcelamento de ISS | 863 | 863 |
| Prov. IRPJ e CSLL Diferidos | 27.732 | 27.732 |
| Outros | 2.660 | 2.479 |
| | 79.816 | 78.411 |
| Passivo Circulante | 16.761 | 15.356 |
| Passivo Não Circulante | 63.055 | 63.055 |

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização de acordo com a legislação. Encontra-se em apuração com Receita Federal do Brasil o saldo efetivo de impostos e contribuições federais de período anteriores para conclusão de um processo consolidado de parcelamento. No atual estágio, não é possível determinar com segurança o referido montante líquido das compensações tributárias, razão pela qual o saldo de provisões do quadro acima esta sujeito a modificações.

18) Empréstimos e Financiamentos

| | PASSIVO CIRCULANTE 31/12/2014 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 31/12/2014 | PASSIVO CIRCULANTE 31/12/2013 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 31/12/2013 |
|----------------------|--|--|--|--|
| Banco Banrisul | 1.416 | 2.093 | 1.416 | 2.095 |
| Bic Banco | 3.292 | - | 3.292 | - |
| Banco Itaú | 288 | 275 | 288 | 275 |
| Banco Safra | 197 | 143 | 197 | 143 |
| Banco Bradesco | 12 | - | 12 | - |
| Banco PINE | 3.342 | - | 3.342 | - |
| Banco BVA | 1.129 | 41.956 | 1.129 | 41.956 |
| Banco Mercantil | 330 | 5.146 | 330 | 5.146 |
| Encargos a Apropriar | (5.655) | (7.169) | (5.655) | (7.169) |
| Outros | 2.276 | 386 | 1.440 | 387 |
| | 6.627 | 42.830 | 5.791 | 42.833 |

18.1. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo circulante quando vencíveis dentro do exercício social e, no exigível a longo prazo a serem liquidados no exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

18.2. Os saldos acima estão sujeitos a eventuais ajustes de atualização e negociação de juros a partir da data da Assembleia dos Credores de 24/07/2013.

19) Outras Obrigações

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dividendos | 1.888 | 1.115 |
| Credores Diversos | 1.036 | 1.055 |
| Cauções Retidas de Terceiros | 46 | 46 |
| Empréstimos concedidos pelos sócios | 6 | 42 |
| Reembolso a Pagar | 380 | 380 |
| Contrato de Mútuo | 4.356 | - |
| | 7.712 | 2.638 |

20) Provisões de Férias e Décimo Terceiro

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão de Férias | 1.941 | 1.061 |
| Provisão de Encargos s/ Férias | 726 | 668 |
| | <u>2.667</u> | <u>1.511</u> |

As Provisões de Férias e de Décimo Terceiro são constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

21) Provisões para Contingências

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Processos Trabalhistas | 5.444 | 5.489 |

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos trabalhistas, envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores, estabelecida com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia em que a perda é provável.

22) Capital Social

O capital social é de R\$ 14.922 mil, dividido em 99.305.085 ações, sendo 35.305.085 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, conforme Ata 971º da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2012. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

23) Ajustes de Avaliação Patrimonial

23.1. Laudo de Avaliação

Com base em Laudos de Avaliação com empresas especializadas a Companhia atribuiu valor justo no exercício de 2013, aos seguintes ativos:

| EM REAIS | | | | | |
|--------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| IMOBILIZADO / INTANGÍVEL | VLR ORIGINAL | DEPRECIAÇÃO | VLR. LÍQUIDO | VLR. JUSTO | DIFERENÇA |
| EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO | 4.962.573,30 | 1.694.956,93 | 3.267.616,37 | 14.089.500,00 | 10.821.883,63 |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 14.240.249,53 | 8.676.973,34 | 5.563.276,19 | 8.589.970,00 | 3.026.693,81 |
| VEICULOS | 1.609.850,54 | 1.403.513,97 | 206.336,57 | 387.000,00 | 180.663,43 |
| ACERVO TÉCNICO | - | - | - | 16.294.000,00 | 16.294.000,00 |
| MARCAS TECNOSOLO | - | - | - | 51.240.750,00 | 51.240.750,00 |
| TOTAL | 20.812.673,37 | 11.775.444,24 | 9.037.229,13 | 90.601.220,00 | 81.563.990,87 |

23.1. 1. Integralização do Capital Social de Subsidiária Integral.

Estes ativos foram dados como total integralização do Capital Social da Subsidiária Integral Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A. (Nota 24).

23.2. Critério contábil

A contra partida contábil da avaliação a valor justo efetuada no exercício de 2013, está refletida no resultado do exercício, na conta “Avaliação a Valor Justo” e “Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos”, no montante de:

| | |
|---|-----------------|
| Valor da variação da avaliação ao valor justo | 81.564 |
| Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos | <u>(27.732)</u> |
| Valor Líquido | 53.832 |

24) Constituição da Subsidiária Integral.

Em 13 de setembro de 2013 foi constituída a empresa Subsidiária Integral (SI), com o intuito de dinamização dos negócios da Cia., denominada Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., com participação de 100% do seu Capital Social.

24.1. Capital Social da SI

O Capital Social da SI foi totalmente subscrito e integralizado no exercício de 2013, com a versão de parte dos Ativos da Controladora Tecnosolo Engenharia S.A., sendo:

| IMOBILIZADO / INTANGÍVEL | VALOR |
|--------------------------|---------------|
| EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO | 14.090 |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 8.590 |
| VEICULOS | 387 |
| ACERVO TÉCNICO | 16.294 |
| MARCAS TECNOSOLO | 51.240 |
| TOTAL | 90.601 |

25) Dividendos e Constituição de Reservas de Lucros e Lucros a Realizar

25.1. A Companhia apurou Lucros a Realizar de exercícios anteriores, decorrentes de saldo remanescente de lucros retidos após dedução da Reserva Legal, Estatutária e dividendos obrigatórios, e correspondentes a resultados não realizados financeiramente em face do ativo contas a receber SURCAP-BA citado na nota explicativa 06, sendo acrescida esta reserva de lucros a realizar em 2014 pelo saldo do dividendo mínimo obrigatório que ultrapassa a parcela realizada do lucro líquido do exercício, como segue :

| | |
|-----------------------------|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 6.226 |
| (-) Reserva Legal 5% | (311) |
| (-) Reserva Estatutária 10% | <u>(622)</u> |
| Subtotal | 5.293 |

| | |
|-------------------------|-------|
| Dividendo mínimo de 25% | 1.479 |
|-------------------------|-------|

(a Reserva Estatutária não abateu da base de calculo do dividendo mínimo)

25.2. Verificação da parcela realizada do lucro líquido do exercício.

| | |
|---|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 6.226 |
| <u>(-) parcelas não realizadas financeiramente :</u> | |
| (-) Atualização e juros do crédito junto a SURCAP (Nota 6) | (9.267) |
| (-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial (Nota 3.3.2) | <u>(2.127)</u> |
| (=) Resultado após dedução dos valores não realizados | (11.394) |

Portanto, a Cia. não apresenta lucros realizados financeiramente sujeitos a distribuição de dividendos neste exercício, razão pela qual o dividendo mínimo calculado será destinado a Reserva de Lucros a Realizar. Entretanto, a Cia. propõe repassar os dividendos propostos por sua empresa controlada TECNOSOLO SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A, de R\$ 773 mil, conforme o cálculo efetuado na nota explicativa 31.e. , mantendo este saldo como Dividendos Propostos por esta Cia. Controladora, com a respectiva baixa deste montante do saldo da Reserva de Lucros a Realizar.

25.3. Constituição da Reserva de Lucros a Realizar :

| | |
|---|---------------|
| Saldo Exercícios anteriores | 54.918 |
| Dividendo mínimo de 25% não realizado financeiramente | 1.479 |
| (-) Dividendos Propostos | <u>(773)</u> |
| (=) Reserva de Lucros a Realizar | 55.624 |

26) Evento Subsequente

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia informou que ajuizou o pedido de recuperação judicial, através do processo no. 0314091-97.2012.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei no. 11.101/05. O pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e para proteger a continuidade dos serviços por ela prestados.

Em 29 de agosto de 2012, foi deferido o processamento da recuperação judicial, nomeando o administrador judicial e determinando a suspensão de todas as ações e execuções, na forma do art. 6º. da Lei no. 11.101/05.

Em 09 de novembro de 2012 foi apresentado nos autos, o Plano de Recuperação Judicial em atendimento ao artigo 53 da Lei no 11.101/05.

Em 24 de julho de 2013, em Assembleia Geral dos Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, tendo sido homologado pelo Juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro.

27) Lucro por Ação e Valor Patrimonial da Ação.

O lucro por ação no exercício 2014 foi de R\$ 0,06, e até o momento este indicador não representa lucro realizado financeiramente. O valor patrimonial das ações no exercício 2014 foi de R\$ 0,18 e em 2013 foi de R\$ 0,11 para cada lote de mil.

28) Receitas de Vendas e Serviços

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita de Serviços – Privados | 177 | 334 |
| Receita de Serviços - Órgãos Públicos | 11.418 | 10.468 |
| Impostos Incidentes sobre a Receita | (3.108) | (1.011) |
| PIS | (85) | (125) |
| COFINS | (415) | (594) |
| ISS | (199) | (293) |
| Cancelamentos | (2.409) | (23) |
| | <u>8.487</u> | <u>9.768</u> |

29) Outras Receitas Operacionais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Itens Extraordinários | 9.267 | 8.053 |
| Avaliação a Valor Justo | - | 81.564 |
| Reversão de ajuste a Valor Presente | 1.399 | - |
| | <u>10.666</u> | <u>89.617</u> |

30) Resultado Financeiro

| Receitas Financeiras | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Descontos Obtidos | 1 | 92 |
| Ganhos sobre Aplicações Financeiras | - | 7 |
| | <u>1</u> | <u>99</u> |
| Despesas Financeiras | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Despesas Bancárias | 20 | 28 |
| Juros Passivos | 20 | 9 |
| Comissão de Fiança | - | 34 |
| Juros s/ Financiamentos | - | 189 |
| Juros s/ Tributos | - | 4 |
| IOF | - | 4 |
| | <u>40</u> | <u>268</u> |
| Resultado Financeiro | (39) | (169) |

31) Demonstrações financeiras consolidadas e Destinação dos Lucros da empresa Subsidiária Integral.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- A subsidiária Integral é uma empresa na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.
- Transações entre a companhia e a SI, quando existentes, são eliminados. Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos (mútuo) entre as sociedades.
- As políticas contábeis da controlada podem ser alteradas e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora.
- O método de avaliação foi com base na equivalência patrimonial sendo eliminada na consolidação, onde o resultado da Cia. Controladora, é idêntico ao resultado consolidado.

e) A empresa Subsidiária Integral calculou e provisionou os dividendos de R\$ 773.162,42, da seguinte forma :

| | | |
|---------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Lucro Líquido: | 2.127.177,48 | |
| Reserva Legal – 5% | 106.358,87 | |
| Reserva Estatutária – 10% | 212.717,75 | |
| Dividendos de 2014 - 25% | 505.204,65 | (25% do LLEX menos a Reserva Legal) |

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Dividendos de 2013 | |
| (pendente em res.lucros a realizar) | 267.957,77 |

| | |
|--|--------------|
| Reserva c/Retenção Lucros: | 1.034.938,44 |
| (LLEX - Reserva Legal – Reservas acima constituídas – dividendos de 2013 e 2014) | |

Total dos dividendos provisionados pela empresa Subsidiária Integral : R\$ 773.162,42 (2013 e 2014).

32) Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, existentes em 31/12/2014 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes aos de mercado e os empréstimos e financiamentos com base nos saldos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

32.1 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; Leonardo Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor Vice-Presidente; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** – Milton Marotti Rapizo – CRC-RJ 022.267/O-9.